



Semana da Criança: como e quanto poupar para ter uma aposentadoria de R\$ 10 mil no futuro

Quanto e como investir agora para assegurar um pé de meia, qualquer que seja o objetivo pretendido, para uma criança, no futuro? É uma dúvida que...

Quanto e como investir agora para assegurar um pé de meia, qualquer que seja o objetivo pretendido, para uma criança, no futuro? É uma dúvida que os pais têm quando pensam em fazer um **plano de previdência privada** ou poupança de longo prazo e, dessa forma, proporcionar um futuro mais confortável para o filho. Seja com uma **aposentadoria, um curso no exterior, a instalação de um consultório**, por exemplo.

Preocupação e ideia que se tornam mais latentes em uma época como essa, de comemoração do **Dia da Criança**. Há vários caminhos para se alcançar esse objetivo, desde iniciativas próprias até os fundos de **previdência privada**.

Trata-se de um plano e um objetivo de viés estratégico em que uma pitada maior de risco nos investimentos pode significar até um atalho para chegar lá. Mas pode colocar percalços que ameacem a performance definida para a longa jornada. Como dosar uma carteira rentável com ativos de **renda fixa** e de **renda variável**, com mais segurança?

Simulação das condições

Dados de simulação de **Leonardo Ozorio**, diretor de assuntos institucionais da LUZ Soluções Financeiras, dão ideia de quanto seria a contribuição de uma criança de dez anos para receber um benefício de R\$ 10 mil mensais quando alcançar a idade de uma aposentadoria.

Condições	Menino	Menina
Idade atual	10 anos	10 anos
Idade da aposentadoria	65 anos	61,5 anos
Período de depósito	55 anos	51,5 anos
Valor do depósito mensal (R\$)	1.579,02	3.488,15
Valor do benefício (R\$)	10 mil	10 mil
Período que terá o benefício	15 anos	23,5 anos
Total acumulado (R\$)	2,597 milhões	5,180 milhões
Rendimento líquido	8,53%	8,53%

Fonte: Leonardo Ozório - Luz Soluções Financeiras

Se for um menino que passará a receber a aposentadoria complementar aos 65 anos, por um período de 15 anos, até os 80, idade estimada dentro de sua expectativa de vida, teria de contribuir com R\$ 1.579,02 por mês, por 55 anos. A poupança financeira, no fim do período de acumulação, chegaria a R\$ 2.597.236,91.

O valor da contribuição mensal aumenta se o plano for para uma menina. Por dois motivos: ela passa a receber a aposentadoria complementar antes, aos 61,5 anos, e, por ter uma expectativa de vida maior, de 85 anos, receberá o benefício de R\$ 10 mil por mais tempo, durante 23,5 anos.

O recebimento antecipado do benefício e por tempo mais prolongado exige para a menina uma contribuição mensal de R\$ 3.488,15, ou 121% mais que a do menino. O valor acumulado no fim do período será de R\$ 5.180.173,48.

Os cálculos consideram uma inflação de 4% ao ano durante o período de depósito (investimento) e de 5% na fase de aposentadoria, quando estiver recebendo o benefício.

Dentro dessas condições, o rendimento bruto do investimento será 10,04% e líquido de 8,53%. O valor do benefício, já no período de aposentadoria, acompanhará a variação do **CDI**, estimado, na simulação, em 6,1% bruto e 5,2% líquido.

Previdência privada ou autogestão?

Feito o plano e definido os valores, de investimento e de benefício pretendido no tempo previsto, é hora de começar a acumulação. Existem dois caminhos: ou fazer um plano por conta própria, com autogestão, ou comprar um plano de previdência privada.

A **vantagem de um plano de previdência privada**, explica Felipe Guerra, economista e sócio da Messem, é que “o cliente conta com um gestor, “que cuida de tudo para o participante”. Mais ainda, “se o plano for mal, não tiver a performance esperada, o cliente pode migrar para outro plano, sem tributação nem custo algum nessa mudança”.

PGBL ou VGBL, como escolher

São duas opções de plano: **Plano Gerador de Benefícios Livres** (PGBL) e **Vida Gerador de Benefícios Livres**. A principal diferença entre eles, para especialistas, está na parte tributária.

O **PGBL** oferece um benefício fiscal. Consiste no uso, na **declaração de imposto de renda**, de até 12% das contribuições ao plano para abatimento sobre a renda bruta, reduzindo o imposto de renda.

O **VGBL** não oferece benefício fiscal, dedução de imposto de renda. Mas possibilita a tributação no resgate por alíquotas regressivas, que caem a 10% após dez anos de investimento. “Quem faz um PGBL em nome do filho recolhe depois de dez anos imposto pela menor alíquota entre os investimentos tributáveis de renda fixa”, afirma o economista da Messem.

“Ter um gestor é importante, mas é preciso saber escolher com cuidado e atenção o plano”, orienta Denis Medina, economista e professor da FAC-SP. “É importante olhar a idoneidade, o conceito de um fundo, se está ligado a algum banco ou empresa de confiança e desconfiar de rendimentos espetaculares, fora do padrão”, alerta.

O diretor de assuntos institucionais da LUZ Soluções Financeiras diz que os fundos de previdência privada são opção para quem não tem disciplina e conhecimento para a gestão de própria carteira. “De preferência um PGBL, um plano de previdência privada com benefício fiscal.”

Ainda assim, ele diz que o melhor é investir por conta própria, para a adequação do investimento ao perfil próprio, e sem custo. “Como é um investimento de longo prazo, a alocação própria sai mais barato.” Ele diz que algumas fintechs já oferecem solução tecnológica para ajudar no processo de formação de poupança.

Por conta própria

Outra opção é montar uma carteira, com gestão e estratégia própria, para fazer a acumulação de poupança. Para quem escolhe esse caminho, especialistas sugerem, na fase inicial da jornada, uma carteira diversificada de investimento, com maior participação da renda variável.

O período de investimento é bastante longo, observa Ozorio, portanto “a carteira aceita ativos mais arriscados”, avalia. Em caso de perdas, e o risco sempre existe, “haverá tempo para consertar e compensar o prejuízo”. Uma carteira diversificada pode tolerar mais a **volatilidade**, analisa.

Nessa estratégia de diversificação em quarteto de ativos - ações, multimercado, crédito privado e títulos públicos -, ele destaca muitos ativos isentos de imposto de renda. Principalmente entre ativos de crédito privado, como **debêntures incentivadas**, **Letras de Crédito Imobiliário (LCIs)** e **Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)**.

São títulos que oferecem juros (prêmio) mais atraentes que os títulos públicos e, isentos de imposto, “vão fazer alguma diferença em favor da rentabilidade”, afirma o diretor da LUZ Soluções Financeiras. “Os títulos de crédito de infraestrutura, as debêntures incentivadas, ajudam bastante na rentabilidade”, reforça Denis Medina, economista e professor da FAC-SP.

A importância da disciplina na acumulação

A escolha de ativos é importante, mas o plano de formação de poupança não funcionará se não houver determinação para os depósitos. “A disciplina é fundamental. É preciso fazer depósitos todo mês, regulamente, é o que vai fazer a diferença”, pontua Ozorio.

“A disciplina é parte da educação financeira e deve ser dada à criança concomitantemente ao andamento do plano de formação de poupança”, diz Felipe Guerra, economista e sócio da Messem Investimentos. Sem disciplina, não haverá acumulação, reforça Ozorio, da LUZ.

Ele destaca que “são valores baixos que, depositados mensalmente, vão compor a formação da poupança o tempo todo”. Essa regularidade no investimento é fundamental, “sobretudo no período inicial de acumulação, quando os juros não trabalham muito a favor” – ao longo do tempo, o critério de cálculo de juros sobre juros potencializa a performance.

A ação educação financeira nesse processo vai além. Para especialistas, é preciso resistir também à tentação de usar o dinheiro fora da ideia de poupança. “Quem fizer isso vai abrir mão da aposentadoria, afinal o plano de contas inicial não foi feito para isso”, alerta Ozorio.

É preciso deixar claro e inculcar na criança que ao comprar algo com o dinheiro da poupança está havendo uma troca, “está se escolhendo uma coisa em detrimento da outra”, afirma Guerra, da Messem. “É preciso introduzir esse conceito de forma lúdica, para que a criança tenha boa formação e tome decisões em favor de valores maiores, no futuro.”

A dosagem do risco

A revisão de ativos também é importante para o ajuste da carteira ao longo do tempo. Se no início do processo havia mais espaço para ativos de renda variável, como ações e multimercado, para uma acumulação mais rápida, a fase final exige uma composição mais conservadora, cautelosa.

“O risco que se vai tomar tem que ficar menor à medida que ficar mais perto da aposentadoria. A lógica é essa”, alerta Ozorio. A estratégia é tomar bastante risco no começo e diminuir ao máximo, para quase zero, no fim da jornada, quando já se teria acumulado tudo que precisa.

“Se uma carteira com 40% de títulos públicos, como **NTN-B**, mais longa, 30% em ações e 30% em multimercado parece bem calibrada, até a idade de 20 anos para uma criança que começa agora, mais perto da aposentadoria o espaço maior deve ser ocupado por títulos públicos pós-fixados, para correr menos risco”, diz o diretor da LUZ.